



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

- 1 - CONCURSO PÚBLICO**
- 2 - ATAS**
 - 2.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 2.2 - Reunião de Comissão
- 3 - ORDEM DO DIA**
 - 3.1 - Comissão
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 - Plenário
 - 4.2 - Comissão
- 5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**
- 6 - MANIFESTAÇÕES**
- 7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

RESULTADO DE RECURSOS CONTRA A CORREÇÃO DA 2ª PROVA

ESPECIALIDADES DE DENTISTA – CÓD. 401 E DE ENFERMEIRO – CÓD. 501

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2013, comunica, nos termos do item 11.6, as decisões relativas aos recursos apresentados pelos candidatos contra a correção da prova discursiva da 2ª etapa. Informa ainda, conforme previsto no item 11.6.2, que a fundamentação da decisão relativa a cada recurso estará disponível para consulta do próprio candidato recorrente no endereço eletrônico www.fumarc.com.br:

Especialidade: Dentista – Cód. 401

Inscrição	Nome do Candidato	Questão / Resultado do Recurso
005629/4	ANA FLÁVIA SANTOS OLIVEIRA	Questão 1 – Indeferido
005653/7	BRUNO FERNANDO CANÇADO OLIVEIRA	Questão 1 – Deferido Questões 6 e 7 – Indeferido
005656/1	BRUNO LUÍS DE CARVALHO VIEIRA	Questões 1, 2, 6, 7 e 8 – Indeferidos
005685/5	CLÁUDIA REGINA MENEZES SILVA	Questões 1 e 3 – Indeferidos
005754/1	FLÁVIA CAROLINE MOREIRA DA SILVA	Questões 1, 2, 3 e 7 – Indeferidos
005765/7	GABRIELA DE ARAÚJO MAGALHÃES	Questões 1 e 8 – Indeferidos
005860/2	LUIS GUSTAVO LIMA LARA	Questão 1 – Indeferido
005874/2	MARCELO FERREIRA PINTO CARDOSO	Questões 1, 4, 5, 7 e 8 – Indeferidos
005904/8	MARISE LUCAS BAHIA CARDOSO	Questões 1, 2 e 8 – Indeferidos
005931/5	PATRICIA FARINELLI	Questões 1, 3, 4, 5, 6 e 7 – Indeferidos



005948/0	PRISCILA MOREIRA PIRES COCATE	Questões 4 e 5 – Indeferidos
005954/4	RAFAEL PASCHOAL ESTEVES LIMA	Questões 3, 7 e 8 – Indeferidos
005971/4	ROBERTA CHAVES MONTEIRO	Questão 7 – Indeferido
005987/0	SIBELE DE SOUZA ARAÚJO	Questões 1, 3, 5 e 6 – Indeferidos
006031/3	VIVIANE LEMOS FRADE DE AGUIAR	Questões 5, 6 e 7 – Indeferidos

Especialidade: Enfermeiro – Cód. 501

Inscrição	Nome do Candidato	Questão / Resultado do Recurso
006053/4	ALICE HELENA TEIXEIRA NORONHA DE PAULA	Questões 1 e 6 – Indeferido
006204/9	DELMA AURÉLIA DA SILVA SIMÃO	Questão 1 a 8 – Deferido Parcialmente
006303/7	GILMAR ANDRADE FERRAZ	Questão 4 – Indeferido
006324/0	GLEISON SERGIO FERREIRA DA SILVA	Questão 2, 3 e 4 – Indeferidos Questão 6 – Deferido
006356/8	JACKELINE SILVA CABRAL	Questão 3 – Deferido
006467/0	LYLIAN SALOME FERNANDES	Questões 3, 4, 5 e 6 – Indeferidos
006642/7	SAMARI APARECIDA GODINHO FONSECA	Questões 1, 3 e 4 – Indeferidos
006709/1	VERÔNICA AMORIM REZENDE	Questão 3 – Indeferido Questão 4 – Deferido

RESULTADO FINAL DA 2ª ETAPA**CONVOCAÇÃO PARA PROVA DE TÍTULOS****ESPECIALIDADES DE DENTISTA – CÓD. 401 E DE ENFERMEIRO – CÓD. 501**

A Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa, a que se refere o Edital nº 1/2013, comunica o resultado final da 2ª etapa, após o julgamento dos recursos. Convoca ainda os candidatos relacionados na presente publicação para apresentação da documentação relativa a **Prova de Títulos, no período de 2 a 4 de junho de 2014**, conforme condições previstas no citado edital especialmente nos itens 9.10 e seus subitens; 17.1.3 e seus subitens e 18.1.4 e seus subitens:

Especialidade: Dentista – Cód. 401

Inscrição	Nome	Nota
5604	ÁDANO SERRANEGRA MARTINS	62,90
5612	ALESSANDRA MARA SOARES COELHO JACOME	73,40
5623	ANA APARECIDA DE RESENDE	54,90
5629	ANA FLÁVIA SANTOS OLIVEIRA	66,30
5632	ANA PAULA BRAZILEIRO VILAR HERMONT	51,40
5637	ANDERSON AZEVEDO LEMBI DE CARVALHO	54,90
5653	BRUNO FERNANDO CANÇADO OLIVEIRA	82,80
5656	BRUNO LUÍS DE CARVALHO VIEIRA	62,50
5661	CAMILA LEMOS DE MORAIS	65,50
5685	CLÁUDIA REGINA MENEZES SILVA	59,30
5695	DÂMARI RODRIGUES COLHADO	52,40
5703	DANIELE AUGUSTO BARRETO	66,70
5728	ÉRICA LEITE VIANA	69,00
5731	ERIKA BARROSO GENEROSO	56,40
5733	ERIKA LETICIA DRUBSKY MEDICI	56,10



5741	FÁBIO DRUMOND DE MENEZES	64,30
5745	FERNANDA CARCERONI COTTA CORRÊA	84,70
5754	FLÁVIA CAROLINE MOREIRA DA SILVA	70,00
5759	FLÁVIA PIMENTA ALVES	62,70
5762	FLORENÇA ABDANUR STEFANI	57,30
5765	GABRIELA DE ARAÚJO MAGALHÃES	52,30
5766	GABRIELA DE OLIVEIRA MARÇAL	60,70
5799	JANDIRA SILVA FALEIRO GIOVANI	64,00
5801	JÉSSICA WALEWSKA RODRIGUES DA SILVA	56,50
5817	JULIANA GRACINDA PENA DE ANDRADE	68,50
5820	JULIENE CAETANO FONTE BOA	73,80
5822	JÚNIA NORONHA CARVALHAIS AMORIM	63,00
5839	LETÍCIA BARRETO	64,00
5857	LUDMILA NUNES CECILIO	84,00
5860	LUIS GUSTAVO LIMA LARA	71,60
5863	LUIZA PAIVA FERREIRA MALTA	70,40
5874	MARCELO FERREIRA PINTO CARDOSO	70,30
5879	MARCIA PORTUGAL FREIRE BARBOSA DEGANI	78,70
5887	MARIA ANGÉLICA CASTELO BRANCO OLIVEIRA	65,30
5903	MARISA DO PERPETUO SOCORRO SILVA	50,50
5921	NATHALIE CAROLINE DE MELO MORAES NOGUEIRA	50,30
5931	PATRICIA FARINELLI	63,40
5945	POLLYANNA TOGNOLO DE ANDRADE	64,70
5948	PRISCILA MOREIRA PIRES COCATE	80,80
5954	RAFAEL PASCHOAL ESTEVES LIMA	67,40
5964	RENATA CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA	53,30
5970	RICARDO DA SILVA NEIVA	70,10
5971	ROBERTA CHAVES MONTEIRO	59,40
5987	SIBELE DE SOUZA ARAÚJO	65,60
5995	STÊNIO NEVES DE SOUZA	53,00
6031	VIVIANE LEMOS FRADE DE AGUIAR	54,30

Especialidade: Enfermeiro – Cód. 501

Inscrição	Nome	Nota
6039	ADRIANA APARECIDA COSTA MOREIRA	75,00
6042	ADRIANA INES ALVES	91,80
6049	ALESSANDRA VIEIRA MARTINS	73,25
6053	ALICE HELENA TEIXEIRA NORONHA DE PAULA	83,00
6092	ANALICE LOPES SACRAMENTO	89,50
6108	ANNELISA SANTOS LAGES	87,80
6123	BRUNO NOGUEIRA ALMEIDA	69,35
6183	DANIELA SANTOS PIMENTA	68,40



6195	DAYANNA MARY DE CASTRO	95,50
6201	DEBORAH AGUIAR MACHADO DAMASCENO	78,00
6204	DELMA AURÉLIA DA SILVA SIMÃO	93,40
6207	DENISE DE FIGUEIREDO MEDRADO	70,50
6215	DINAMARA BARRETO DOS SANTOS	87,00
6237	ELINE REZENDE DE MORAIS PEIXOTO	90,30
6241	ELIZA CAMPOS MIRANDA PINTO	87,80
6258	FABIANA COSTA SAMPAIO	83,00
6268	FALINE PORTO SILVA	75,40
6270	FERNANDA CRISTINA DA SILVA LOPES FERREIRA	92,50
6281	FLÁVIA DE OLIVEIRA FREITAS	66,00
6291	GABRIELA SANTOS NASCIMENTO VARGAS	84,50
6297	GEISIANE CAMARGO DUARTE	90,00
6303	GILMAR ANDRADE FERRAZ	91,70
6305	GILMARA LOPES AMORIM	88,75
6324	GLEISON SERGIO FERREIRA DA SILVA	90,60
6326	GRASIELLE MARCELINO RODRIGUES	55,45
6330	HELENA SERPA PASSOS ROMERO	79,00
6340	ILDA MARTINS SILVA	68,00
6351	IZABELA FERNANDA ABREU MAIA	71,00
6356	JACKELINE SILVA CABRAL	89,00
6362	JANETE FERREIRA	57,75
6363	JANICE BARBOSA TORRES	69,50
6404	KELLY RENATA PEREIRA	77,50
6416	LARISSA MIRELLY NOGUEIRA	69,80
6423	LEILA DA CUNHA MENESES	63,50
6446	LUANA MARIA GUERRA JUVENTINO DIAS	87,30
6452	LUCIANA MENDES SAB	78,50
6461	LUDMILLA DANIELLE SOUZA OLIVEIRA	79,80
6467	LYLIAN SALOME FERNANDES	95,30
6503	MARIA DE FATIMA SOLHA HILEL	72,80
6509	MARIA GABRIELA MENDES PEREIRA	82,50
6553	MONICA OLIVEIRA PORTO	62,00
6556	NAIRA ALICIA LACERDA FLORES	86,90
6642	SAMARI APARECIDA GODINHO FONSECA	96,60
6673	SUSIANE SUCASAS FRISON	79,00
6674	SUZANNE PIRES DE SOUSA	65,80
6684	TATIANA MOURÃO DE MIRANDA ANDRADE	78,80
6709	VERÔNICA AMORIM REZENDE	85,50
6714	VIVIANE DOS REIS GADE CRUZ	80,00



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 29/5/2014**Presidência do Deputado Anselmo José Domingos**

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

André Quintão - Anselmo José Domingos - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Luzia Ferreira - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Anselmo José Domingos) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014

Às 14h15min, comparecem no Auditório da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ -, em Uberaba, na Praça Vicentino Rodrigues da Cunha, nº 110, Bloco I, Bairro São Benedito, os deputados Antônio Carlos Arantes e Antonio Lerin, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Adelmo Carneiro Leão, Tony Carlos e Zé Maia. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, nos termos do artigo 120, inciso III, do regimento interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos deputados que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater a aplicação das Leis Florestais Nacional (Lei nº 12.651, de 25/5/2012) e Mineira (Lei nº 20.922, de 16/5/2013) e a segurança no meio rural durante a 80ª Exposição Internacional de Gado Zebu - Expozebu 2014. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Paulo Piau Nogueira, prefeito Municipal de Uberaba; vereador Marcelo Machado Borges - Borjão; Milton Flávio Nunes, diretor técnico da Emater, representando o Sr. André Luiz Coelho Merlo, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Rivaldo Machado Borges Júnior, vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Roberto Simões, presidente dessa Federação; Luiz Claudio de Souza Paranhos Ferreira, presidente da ABCZ - Uberaba; Mário Campos, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais; Marco Túlio Machado Borges Prata, secretário municipal de Meio Ambiente de Uberaba; Romeu Borges Araújo Júnior, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba; Sílvio de Castro Cunha Júnior, presidente da AgroExport - Uberaba; Ângelo Ramalho, assessor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente; Gustavo Diniz Junqueira, presidente da Sociedade Rural Brasileira; o Cel. PM Laércio dos Reis Gomes, comandante da 5ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais; e o Ten.-Cel. Wladimir Soares Ferreira, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar de Uberaba. que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2014.

Fabiano Tolentino, presidente.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 3/6/2014**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.041, 8.042, 8.052, 8.055 e 8.056/2014, do deputado Sargento Rodrigues; 8.043 a 8.051 e 8.060 a 8.062/2014, do deputado Cabo Júlio; 8.057 e 8.058/2014, do deputado Anselmo José Domingos.

Entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações formulados em atenção aos Requerimentos nºs 7.707 e 7.708/2014.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 2 de junho de 2014, destinada a homenagear a Apae pelos 60 anos de sua criação no Brasil.

Palácio da Inconfidência, 30 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 2 de junho de 2014, destinada a comemorar o Dia da Independência do Estado de Israel.

Palácio da Inconfidência, 30 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/6/2014, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de apresentar a Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Estatal, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/6/2014, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública, denúncia de perseguição praticada contra o professor Fernando Massote, no Município de Nova Lima, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2014.

Durval Ângelo, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

- O 1º-secretário despachou, em 29/5/2014, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Joaquim Herculano Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Projeto de Lei Complementar nº 59/2014. (- Anexe-se ao referido projeto de lei complementar.)

Da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento, prestando informações relativas ao impacto financeiro do Projeto de Lei nº 5.206/2014. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os atletas mineiros de Uberlândia que representaram a seleção brasileira de halterofilismo nos Jogos Para-Sulamericanos realizados no Chile: Amanda Sousa (responsável pelo primeiro ouro brasileiro em Santiago), André Luiz (quarta



colocação), Mateus Assis (bronze) e Rafael Vansolin (sétima colocação); e com o técnico Wéverton Lima (Requerimento nº 7.625/2014, do deputado Marques Abreu);

de congratulações com Rafael Vansolin, paratleta mineiro de Uberlândia, pela conquista da medalha de ouro no Mundial de Halterofilismo, em Dubai (Requerimento nº 7.626/2014, do deputado Marques Abreu);

de congratulações com a Escola Estadual João Ribeiro de Carvalho, de Conceição dos Ouros, por seu destaque nas Olimpíadas do Ensino Público (Requerimento nº 7.761/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à equipe de estudantes da Universidade Federal de Itajubá ganhadora do 3º lugar na Shell Eco-marathon Américas 2014, realizada nos EUA, de 24 a 27/4/2014 (Requerimento nº 7.797/2014, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com o Sada Cruzeiro Vôlei pelo recebimento do diploma de honra ao mérito na Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 7.799/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a Associação de Bombeiros Voluntários de Minas Gerais pelo recebimento do diploma de honra ao mérito na Câmara Municipal de Belo Horizonte (Requerimento nº 7.803/2014, da deputada Liza Prado);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que efetuaram a prisão de um jovem e de uma mulher que transportavam maconha, em Juatuba em 29/4/2014 (Requerimento nº 7.804/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Patos de Minas, pela prisão de dois suspeitos que participavam de quadrilha de tráfico de drogas nesse município, em 24/4/2014 (Requerimento nº 7.805/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 18ª Cia. PM IND MAT, pela prisão de um suspeito que transportava 235kg de maconha em Piumhi, em 30/4/2014 (Requerimento nº 7.806/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/4/2014, em Itapeverica, que resultou na apreensão de armas e munição (Requerimento nº 7.807/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar e na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de três homens e na apreensão de armas, munição, drogas e materiais usados em rádio pirata (Requerimento nº 7.808/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de duas pessoas e na apreensão de 5kg de maconha (Requerimento nº 7.809/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 19ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 25/4/2014, em Igaratinga, que resultou na prisão de dois homens e na recuperação de uma carga roubada avaliada em aproximadamente R\$300.000,00 (Requerimento nº 7.810/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 25º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 28/4/2014, em Sete Lagoas, na qual apreenderam drogas, balanças de precisão e rádios de comunicação e prenderam três pessoas (Requerimento nº 7.811/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 22º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 29/4/2014, em Belo Horizonte, na qual apreenderam droga e prenderam um homem (Requerimento nº 7.814/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 5º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 5/5/2014, em Belo Horizonte, na qual apreenderam arma, balança de precisão e munições e prenderam duas pessoas (Requerimento nº 7.819/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 4/5/2014, em Teófilo Otôni, na qual apreenderam droga e prenderam dois homens (Requerimento nº 7.820/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 4/5/2014, em Contagem, na qual apreenderam arma e prenderam um homem (Requerimento nº 7.821/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 3/5/2014, em São Gonçalo do Pará, na qual apreenderam munições, ferramentas usadas para desmanche, peças automotivas e carros (Requerimento nº 7.822/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na Cia. Independente de Cães e no Batalhão Rotam da PMMG, pela atuação em ocorrência, em 3/5/2014, em Belo Horizonte, na qual apreenderam drogas e arma de uso restrito das Forças Armadas e prenderam duas pessoas (Requerimento nº 7.823/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 19ª Cia. Independente da PMMG, pela atuação em ocorrência, em 3/5/2014, em Igaratinga, na qual prenderam cinco pessoas suspeitas de planejar assaltos e apreenderam arma, munição e instrumentos utilizados para imobilizar vítimas (Requerimento nº 7.824/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de duas pessoas, na apreensão de uma arma e na recuperação de um veículo roubado (Requerimento nº 7.825/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 7º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/5/2014, em Santo Antônio do Monte, que resultou na prisão de duas pessoas e na apreensão de um menor, uma arma e drogas (Requerimento nº 7.826/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/5/2014, em Governador Valadares, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de um menor e de armas (Requerimento nº 7.827/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/5/2014, em Montes Claros, que resultou na apreensão de 11kg de maconha (Requerimento nº 7.828/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 6ª CIA PM IND MAT, pela prisão de seis suspeitos e pela apreensão de armas de fogo na zona rural de Cambuquira, em 30/4/2014 (Requerimento nº 7.831/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2014, em Ituiutaba, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de grande quantidade de drogas (Requerimento nº 7.901/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela idealização de uma nova ferramenta para auxiliar a Polícia Militar, por meio da confecção de mapas que mostram a exata localização das residências dos autores de delitos na região de Venda Nova, detalhados por natureza de crimes, para um melhor patrulhamento (Requerimento nº 7.902/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/5/2014, em Esmeraldas, que resultou na desativação de um laboratório de refino de cocaína, na apreensão de armas, drogas e produtos químicos e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 7.903/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 26ª Companhia Independente de Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados (Requerimento nº 7.904/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2014, em Ituiutaba, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de dois menores, de drogas e de uma balança de precisão (Requerimento nº 7.905/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito e no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/5/2014, em Carangola, que resultou na prisão de quatro pessoas e na apreensão de R\$200.000,00 (Requerimento nº 7.906/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 55º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/5/2014, em Pirapora, que resultou na apreensão de três quilos de “crack” e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.907/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/5/2014, em Frutal, na qual desbarataram uma quadrilha de assaltantes de bancos e apreenderam um revólver, drogas, uma balança de precisão, uma alavanca de ferro e artefato explosivo (Requerimento nº 7.908/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o judoca Luciano Correa pela conquista do Prêmio Bom Exemplo 2014, na categoria Esporte (Requerimento nº 7.913/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 22ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/5/2014, em Caratinga, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de 6,65kg de maconha (Requerimento nº 7.917/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na ocorrência, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de cinco pessoas e na apreensão de quatro carros de luxo e 1,5t de maconha (Requerimento nº 7.918/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 19ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2014, em Pará de Minas, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de armas e dinheiro (Requerimento nº 7.919/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Centro Integrado de Comunicações Operacionais da Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados à sociedade (Requerimento nº 7.920/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/5/2014, em Goiabeiras, que resultou na prisão em flagrante de dois suspeitos e na apreensão de droga e quantia em dinheiro (Requerimento nº 7.921/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de drogas, balança de precisão e de uma submetralhadora (Requerimento nº 7.922/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/5/2014, em Contagem, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de 110kg de maconha (Requerimento nº 7.923/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2014, em Juiz de Fora, na qual prenderam um homem e apreenderam 4kg de *crack* (Requerimento nº 7.924/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia de Missões Especiais de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2014, em Governador Valadares, na qual prenderam uma mulher e apreenderam droga e outros materiais (Requerimento nº 7.925/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2014, em Patos de Minas, na qual prenderam três pessoas e apreenderam grande quantidade de *crack*, dinheiro e uma balança de precisão (Requerimento nº 7.926/2014, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/5/2014, em Divinópolis, na qual prenderam um homem e apreenderam um menor, bem como 800 pedras de *crack*, R\$ 400,00 e dois telefones celulares (Requerimento nº 7.927/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 130ª Companhia Tático Móvel/10º Batalhão de Polícia Militar e 11ª CIA IND PM MAT/11ª RPM, pela prisão, em 8/5/2014, em Montes Claros, de sete envolvidos no roubo ao Sest/Senat (Requerimento nº 7.928/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Guilherme João por sua atividade exemplar como ciclista em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.955/2014, da Comissão de Transporte);

de aplauso aos policiais militares e civis que menciona pela prisão de dois suspeitos de arrombar uma agência do Banco Bradesco em Itaipé, em 8/5/2014 (Requerimento nº 7.959/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais rodoviários federais responsáveis pela prisão de duas pessoas portando droga e munição em Juatuba, em 13/5/2014 (Requerimento nº 7.960/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Wagner Alexandre de Oliveira, superintendente regional de Ensino de Itajubá, por seu desempenho no exercício do cargo, e com os servidores da superintendência (Requerimento nº 8.027/2014, da Comissão de Educação);

de congratulações com o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, ex-governador do Estado, pelo brilhante desempenho à frente do governo, em especial na área da educação (Requerimento nº 8.029/2014, da Comissão de Educação).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 27/5/2014

O deputado Lafayette de Andrada* - Sra. Presidente, deputada Liza Prado, deputados, minhas senhores e meus senhores que nos acompanham pela TV Assembleia em toda Minas Gerais, assomo a esta tribuna na tarde de hoje para fazer breve reflexão sobre os últimos noticiários envolvendo um relato final dos gastos do governo federal na Copa do Mundo, deputado João Leite. As notícias que nos chegam pela imprensa especializada nos informam que a Copa do Mundo vai custar aos cofres públicos no Brasil mais do que a soma das três últimas Copas do Mundo juntas. E, diferentemente do que aconteceu na África, na Alemanha, na Coreia e no Japão, essas Copas do Mundo movimentaram alguns bilhões de dólares. A Fifa, obviamente, teve o seu lucro de alguns bilhões de dólares, algo em torno de três, quatro, cinco bilhões de dólares em cada uma das copas passadas. Em todas elas, os governos de cada país onde aconteceu a Copa tributaram, obviamente, a Fifa.

No Brasil, pasmem os senhores, o governo federal gastou três vezes mais do que na última copa, um pouco mais do que foi gasto no conjunto das últimas três Copas. A Fifa pagou os impostos em cada uma delas e lucrou algo em torno de 5 bilhões de reais. Aqui no Brasil o governo federal isentou de impostos a Fifa, que irá arrecadar algo em torno de 15 bilhões de dólares. Essa é a realidade do Brasil e do nosso desgoverno federal. A saúde vai mal, infraestrutura pior ainda, do trem-bala que ficaria pronto antes da Copa nem se fala. Nas Gerais, especificamente, a grande cobrança era pelo nosso metrô. No entanto, depois do governo Fernando Henrique não foi feito metrô algum. A grande cobrança em Minas Gerais era a duplicação da BR-381 do trecho entre Belo Horizonte e Valadares. Lula veio aqui e prometeu, assim como a Dilma, mas nada aconteceu. A Fifa lucrará US\$15.000.000.000,00 sem tributação.

Portanto, Srs. Deputados e minha cara presidente, essa é a notícia que tenho a dividir com os senhores e que li na imprensa especializada. Não creio que esse seja o rumo que o Brasil deseja. Vou repetir as palavras que li na revista *Veja*, ditas pelo comentarista esportivo Cajuru, que fez uma análise sobre o que acabei de dizer: “O Brasil perdeu a Copa. A seleção vai ganhar”.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* - Minha cara deputada Liza, na sua pessoa, quero cumprimentar os colegas presentes, a imprensa de Minas Gerais, as pessoas que prestigiam esta reunião e principalmente os servidores da área da Justiça, que, durante tanto tempo, têm vindo a esta Casa, esperando uma posição. Entendo que a persistência e principalmente o valor das reivindicações de vocês devem tranquilamente sensibilizar esta Casa, para encontrarmos uma solução e chegarmos a uma votação, porque, se hoje Minas Gerais tem uma estrutura muito boa, o maior patrimônio do Estado são seus funcionários, tanto nas áreas do Executivo e do Legislativo como na área da Justiça. Então fica aí o nosso reconhecimento, a nossa torcida e o nosso trabalho para que efetivamente alcancemos os méritos e atendamos as suas reivindicações no que for necessário.

Meus companheiros deputados, gostaria de relatar a reunião que fizemos nesta Casa ontem, quando a Assembleia Legislativa emprestou suas dependências para que a Câmara dos Deputados realizasse uma audiência, que começou por volta das 14 horas e terminou bem tarde. Ontem recebemos aqui os deputados federais Toninho Pinheiro e Domingos Sávio, pois estão realizando audiências públicas no País para que se chegue a um consenso, a um denominador sobre as questões da remarcação das terras indígenas no nosso país.

Criaram essa comissão especial da câmara, que está colhendo subsídios e informações, ouvindo as pessoas e os estados para que votem, ainda este ano, uma proposta de emenda à Constituição, que traz à Câmara Federal e ao Congresso Nacional a prerrogativa de estabelecer critérios na demarcação de terras indígenas.

Entretanto, meu caro deputado Doutor Wilson, hoje em dia, quem tem essa prerrogativa é a Funai, e, por ser um órgão do governo federal e por estar constantemente em contato com os índios e com as questões indígenas, tem extrapolado muito as suas funções e promovido demarcações sem maiores critérios, de uma maneira muito impositiva dentro do território brasileiro, principalmente aqui em Minas Gerais. Isso tem causado uma preocupação muito grande, principalmente aos trabalhadores rurais, que, na maioria das



vezes, têm a posse legal de suas terras, mas, de repente, veem-nas incorporadas às reservas indígenas de forma arbitrária, e eles não têm a quem recorrer.

O Congresso Nacional, de uma maneira muito sábia, por meio dessa proposta de emenda à Constituição, está trazendo para a câmara a prerrogativa de apresentar projetos de lei, que serão amplamente debatidos em audiências públicas. Isso será feito de forma mais transparente, mais clara, sem essa ditadura que hoje a Funai impõe e colocará um ponto final nesses problemas que estão acontecendo.

Estavam presentes representantes de nações indígenas de Martinho Campos, de outras cidades e de Itacarambi, Norte de Minas. Em Itacarambi, acompanhamos de perto o problema que estava acontecendo. A Funai promoveu uma ocupação em quase sessenta mil hectares. Eles não gostam de falar que foi invasão, mas ocupação. Essa ocupação aconteceu em áreas produtivas; na maioria das vezes cerca de 95% eram de pequenos produtores. Isso gerou um mal-estar muito grande. De repente, as terras de Itacarambi passaram a não ter valor, ninguém comprava nem vendia terra. Ninguém se arriscava a fazer qualquer tipo de plantação, pois corria o risco, do dia para a noite, de ver suas terras invadidas e ocupadas sem maior diálogo. As coisas estavam acontecendo dessa forma.

O mais absurdo é que foram feitas várias solicitações à Justiça, e a Justiça Federal determinou a reocupação dessas terras pelos seus legítimos donos. Infelizmente, nesse aspecto a PMMG deixou de cumprir sua parte de devolver as terras aos legítimos donos. Talvez tendo um confronto maior, talvez tendo problemas maiores. Mas a questão se arrasta por tanto tempo e, o que é pior, meu caro João Leite, é que a Funai chegava perto do trabalhador, proprietário de terra e perguntava: “Você não quer se declarar índio para permanecer nas suas terras?” Isso está nos autos dos processos, mas parece brincadeira. Se a pessoa assinasse um documento antropológico dizendo que tinha raízes indígenas e que se sentia índio, recebia esse documento, a carteirinha de índio, e permanecia na terra. Vejam a que ponto chegou essa instituição do governo federal, respaldada pelo próprio governo federal. Isso aconteceu em Itacarambi em 1986. A Funai, na época, chegou, tomou posse das terras todas, expulsou os proprietários, ficou de pagar e não pagou. A Funai deu calote em centenas de trabalhadores rurais do Norte de Minas, principalmente em Itacarambi. E, agora, vem com essa conversa novamente, de reocupação das terras, fazendo ameaças. Em um dos processos, o próprio representante da Funai confessou ter ameaçado os trabalhadores. Já não bastasse o laudo falsificado de que as pessoas se declaravam índios, ameaçavam dizendo que se não saíssem das terras alguma coisa poderia acontecer. Isso está causando uma preocupação muito grande. O pior é que em uma audiência pública dessa comissão especial, a que estavam presentes deputados federais e estaduais, representantes dos trabalhadores, da OAB, dos índios, a Funai não compareceu em Belo Horizonte nem enviou sequer o seu representante em Minas Gerais. Ela não compareceu para dar explicações.

As coisas estão acontecendo dessa forma truculenta. Parece que o governo perdeu o rumo do seu navio neste país. Situações que poderiam perfeitamente ser discutidas estão acontecendo dessa forma. O País não sabe mais o que faz na área educacional, ele não sabe mais o que faz para assistir os brasileiros na área da saúde.

O País está largado às moscas. Ontem tivemos essa constatação quando, num momento gravíssimo, em que pessoas estão sendo expulsas de suas terras para ocupação indígena, a Funai não veio explicar o que estava acontecendo nem se defendeu das acusações que foram feitas quanto ao que está ocorrendo. A Justiça já sabe o que está acontecendo.

Quero, neste momento, cumprimentar o prefeito de Itacarambi, companheiro e amigo Ramon Campos, pela coragem que teve ontem, pela sua posição em favor da defesa da integridade do seu município e das pessoas que moram e trabalham em Itacarambi. Cumprimento o prefeito, assim como os vereadores que vieram de Martinho Campos, de Itacarambi e de outras cidades. Cumprimento, ainda, a OAB, que esteve aqui presente, assim como a Fetaemg e a Igreja Católica.

Sr. Presidente, neste momento, gostaria de trazer a esta Casa, a esta tribuna a minha indignação, o meu voto de repúdio. A Funai, em Minas Gerais, não teve o cuidado de comparecer para se defender, deixando até os pobres índios serem acusados. A verdade foi a que vimos ontem.

Faço também voto de repúdio ao Ministério Público Federal, que deveria estar presente. Muitas vezes ele se faz presente em causas menores. Numa reunião de tamanha importância aqui em Minas Gerais, com a presença de deputados, para resolver essa questão de terra no Norte de Minas, da reserva xacriabá, ele não se fez presente.

Em nenhum momento nos colocamos contra as questões indígenas. O índio tem de ser respeitado. Ele precisa de um cuidado maior por parte do governo federal e da sociedade brasileira. Hoje temos pouco mais de 500 mil índios em nosso país, mas índios verdadeiros. Não estou falando daquele índio que assina um documento e recebe a carteirinha de índio, de acordo com as conveniências da Funai ou do governo federal. O índio tem de ser respeitado, como precisam ser respeitadas as comunidades quilombolas em nosso estado e em nosso país.

Precisamos de órgãos como o Incria e a Funai que atuem de maneira transparente, que atuem trazendo benefícios e apaziguando conflitos, como os que estão acontecendo nessas terras. Estão invadindo propriedade de pequenos produtores, daquelas pessoas que moram em suas terras há muitos anos. São terras nas quais seus avós moraram e morreram, terras nas quais seus pais moraram e morreram e que hoje são usadas para o sustento dos filhos. Não queremos que a discórdia venha a acontecer, principalmente com relação à causa indígena. Todavia não podemos aceitar essa covardia que vem ocorrendo contra os proprietários de terra do Norte de Minas. Não podemos aceitar que a Funai se cale diante de uma situação tão constrangedora e importante, como se calou ontem.

Este repúdio estou fazendo ao vivo e de público, e o farei novamente, daqui a pouco, desta Casa. Pois órgãos como a Funai têm de estar presentes e mostrar sua cara, abrir seu peito com coragem, e não agir na surdina, covardemente, como estão fazendo ao expulsar os pequenos trabalhadores e proprietários de terras de suas casas.

Esta é a cara do Brasil, a cara que precisamos mudar, a cara que o brasileiro tem de encarar com indignação.

A única forma que o brasileiro tem para dizer não ao desmando que está acontecendo é mostrar que quem manda neste país somos nós, que este país tem de ter um governo voltado para os brasileiros, e não para partidos os políticos, como estamos vendo.

Ontem, fiquei com vergonha de ser deputado estadual e de ser brasileiro, fiquei com vergonha pelos índios, mas fiquei com mais vergonha ainda do descaso deste governo com o Brasil e com o povo brasileiro. Muito obrigado.



*- Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Wilson Batista* - Desejo uma boa tarde a todos os ouvintes da TV Assembleia, à nossa presidente *ad hoc*, deputada Liza Prado, e a todos os colegas aqui presentes.

Volto a esta tribuna para falar de um tema que preocupa todos os mineiros e mineiras, enfim, todos os brasileiros e todas as famílias do nosso Brasil. Esta violência assustadora que ocorre hoje no Brasil é patológica, deputado João Leite. Historicamente, convivemos com algum tipo de violência, para a qual tenha havido alguma causa, mas hoje vemos uma violência sem causa. Esta é uma violência patológica. As pessoas hoje cometem homicídios sem causas aparentes, diferentemente do passado. Quando alguém era vítima de um homicídio, havia ali uma história de dívida ou uma história amorosa; havia ali uma história que justificasse aquele crime.

Hoje vemos diariamente, nos jornais e na televisão, a violência estampada. A pessoa é abordada em um assalto e, após entregar tudo, ainda é vítima de homicídio. Vimos, há poucos dias, uma dentista ser violentada. Ela foi vítima da morte, após entregar todos os seus pertences. A causa da violência atual é simplesmente a impunidade. Hoje as pessoas são capazes de matar mesmo tendo alcançado seu desejo de furtar, porque sabem que não vão ser penalizadas.

Sabemos que por trás de todos esses crimes existem o narcotráfico e a dependência química. Atualmente os jovens estão envolvidos em crimes, numa absurda mortalidade, devido à dependência química. Para sustentarem seus vícios, sua dependência química, eles, às vezes, precisam cometer furtos e homicídios.

Hoje somos testemunhas dessa violência que assusta as famílias, e a dependência química não é uma questão apenas de segurança. Pelos furtos e homicídios cometidos, o Brasil é o 3o país do mundo em mortes violentas. Neste país ocorrem 60 mil homicídios comprovados por ano, sem contar os homicídios ocultos, que se referem às pessoas desaparecidas que, provavelmente, foram vítimas de violência.

Muitos são encontrados mortos e sepultados por morte com causa indeterminada. Então, não são apenas 60 mil homicídios por ano no Brasil, mas muito mais. Sabemos que ainda existem os homicídios ocultos, que não são do nosso conhecimento. Esse tipo de violência está associado ao narcotráfico, ao consumo de drogas e à dependência química. Vejam vocês que o consumo do *crack* não começou no Brasil, mas nos Estados Unidos, em 1980. A droga só chegou aqui 10 anos depois. No início, era consumida apenas por moradores de rua, indigentes, mas hoje é consumida por todas as classes sociais. O *crack* se disseminou em todas as famílias. Essa disseminação preocupa a todos nós, porque hoje o Brasil é o 3º país do mundo em consumo de drogas, não apenas de *crack*.

Esse assunto tem de ser discutido nesta Casa. Não podemos assistir a essa crescente violência que acomete principalmente jovens vulneráveis entre 15 e 30 anos de idade. Além de ser uma questão de segurança, é também questão de educação. Os jovens abandonam a escola precocemente porque são vítimas da dependência química. E, dessa forma, abandonam também seus lares, suas famílias, passando a viver como mendigos e maltrapilhos pelas ruas, sem capacidade de decidir o que é melhor para o seu futuro.

Apesar de reconhecermos o direito de ir e vir, temos de reconhecer ainda que o maior bem a ser defendido é a vida. Os jovens dependentes químicos não são capazes de decidir o que é melhor para o seu futuro e dependem não só de suas famílias, mas de todo o poder público. Sabemos da importância do tratamento dos dependentes. Não podemos condená-los a um futuro inseguro, obscuro, sem saída. Eles precisam, sim, de ser recuperados e voltar a viver com as mesmas oportunidades de outros jovens da mesma idade.

Tratamos desse assunto aqui porque hoje, apesar de todas as discussões sobre o enfrentamento da dependência química, os números ainda apresentam um crescimento cada dia maior da violência e do número de dependentes químicos e de usuários de droga em nosso país. Medidas já foram tomadas. Em 2006 foi criada a Lei nº 11.343, que dava tratamento diferenciado ao usuário, ao dependente químico e ao traficante. Após cinco anos, o que percebemos foi um número duas vezes maior de pessoas aprisionadas por narcotráfico. E pensavam eles que, com essas pessoas presas, o número de drogas na rua e o número de dependentes químicos seria menor. Ao contrário: apesar de todos estarem presos, a droga e seu consumo, a violência e os homicídios continuaram crescendo ainda mais. Quando aqueles presos que eram dependentes químicos, usuários, eram presos, no mesmo dia havia um substituto para ele no tráfico.

Então, precisamos de políticas públicas que incidam sobretudo na educação e na qualidade de vida desses nossos jovens para que eles não sejam vítimas da dependência, vítimas deste mundo onde a grande maioria dos jovens brasileiros não tem oportunidade.

A lição que não aprendemos com a educação é a seguinte: hoje o Brasil é o 58º num *ranking* de 67 países com o pior desempenho na educação. Deputado João Leite, cerca de 60% dos jovens brasileiros concluem o ensino médio sem os conhecimentos básicos de matemática e de português. Outro exemplo: 50% dos jovens brasileiros abandonam os estudos antes de concluírem o ensino médio. É por isso que hoje o Brasil tem o pior desempenho em educação quando comparado a outros países. Esta é uma lição que não aprendemos. O governo federal sempre disse que a educação era prioridade, mas, na verdade, a prioridade não foi a educação dos jovens brasileiros.

Na saúde, deputado João Leite, também ostentamos os piores resultados quando nos comparamos até mesmo com nossos colegas países latino-americanos. É o corredor da morte nos hospitais no Brasil, o corredor do desespero de familiares e pacientes enfrentando filas de mais de mil pessoas para agendar apenas uma triagem - não é sequer o tratamento.

Hoje cerca de 80% dos gastos com segurança no Brasil são feitos com recursos de estados e municípios. O governo federal é capaz de arcar apenas com 20% dos gastos em segurança. No que diz respeito à infraestrutura, deputado Rômulo Viegas, a receita no Brasil sempre foi a mesma. Obras inacabadas, tudo se atrasa no Brasil. Conhecemos apenas uma obra que foi até o fim, o Porto de Mariel, em Cuba. Por isso eu digo: este programa conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - deveria ser chamado Programa de Aceleração de Cuba. Essa obra foi concluída e entregue à família Castro para fazer a alegria de poucas pessoas.

Enquanto isso, as obras no Brasil estão aí, todas inacabadas. Em Minas Gerais não conhecemos nenhuma grande obra realizada por esse governo federal. O imaginário trem-bala, que nem saiu do papel, já gastou mais de R\$1.000.000.000,00. Tantas outras obras, que já ultrapassaram o tempo previsto para serem concluídas, até hoje não foram acabadas, estão aí sob revisão de programas e sob a mira do Tribunal de Contas. Então, são essas tristes e reais cenas brasileiras que deprimem cada brasileiro e cada brasileira.



Portanto, deputados João Leite e Rômulo Viegas, como disse aqui nosso colega deputado Carlos Pimenta, temos vergonha de ser políticos neste país, onde não existe um comando, onde não existe um planejamento. E o dinheiro do brasileiro, que é um dos maiores pagadores de impostos do mundo, está sendo desperdiçado. Hoje convivemos com todas essas dificuldades na saúde, na segurança, na educação.

O deputado Duílio de Castro (em aparte) - Muito obrigado, deputado Wilson. V. Exa. traz aqui um assunto que assola os mineiros e os brasileiros. É triste saber que essa droga que entra no Brasil hoje não somente abastece nosso país, mas abastece o mundo. É triste saber que 90% das ocorrências e da criminalidade têm alguma relação com droga. Mas é mais triste e vergonhoso saber que o governo federal não está nem aí para nada.

Nós não produzimos *crack*, não produzimos cocaína, porque essa substância precisa de altitude para ser produzida. Ela é produzida na Bolívia, na Colômbia e na Venezuela. Mas entra nas nossas fronteiras, que estão escancaradas para toneladas e mais toneladas de drogas. Presenciamos, como V. Exa. disse sobre vários assuntos, um desleixo, um desmando, uma falta de gestão no País. Quem é responsável pelas nossas fronteiras é o governo federal. E querem expor, como fazem, depois de entrarem aqui toneladas e mais toneladas de cocaína e de *crack*, as polícias mineira e brasileira. Essa droga é muito violenta, ela arrebenta, estoura e acaba com seus usuários, assim como acaba com as famílias brasileiras.

Este é o retrato do nosso país, é o retrato da administração que, após 12 anos, construiu miséria, construiu descaso para com a população brasileira. Gostaria de parabenizar V. Exa. por trazer um assunto de tamanha importância. Agora é hora de discuti-lo. Outubro está aí, e precisamos decidir se é isso que queremos que continue em nosso país, se é para esse caminho que queremos que o Brasil vá. A democracia nos dá o direito de discutirmos isso agora. Vamos dar a resposta no dia 5 de outubro. Muito obrigado.

O deputado Doutor Wilson Batista* - Para finalizar, cara presidenta, gostaria de dizer que o governo do Estado, em 2011, implantou um programa que não tem a pretensão de solucionar de vez esse drama que assola Minas Gerais, mas dará certamente os primeiros passos. É o programa Aliança pela Vida. É um programa que tem a pretensão de envolver nessa luta não só o governo do Estado, mas também os familiares e o próprio dependente químico numa aliança pela vida, mostrando a ele que não está sozinho, que estamos a seu lado.

O programa tem três pilares de enfrentamento desse drama. O primeiro é a prevenção, dando ao jovem qualidade de vida e educação de qualidade. O segundo pilar de enfrentamento é o tratamento, combatendo os vícios dos dependentes químicos com políticas voltadas para a redução dos danos provocados por essa terrível droga. E, finalmente, uma reinserção cuidadosa dos dependentes químicos que passaram por algum tratamento, voltando à sociedade cautelosamente, tendo todos os seus direitos respeitados, tendo garantida qualidade de vida com felicidade, com dignidade e liberdade ao lado de seus familiares. Muito obrigado, presidente.

*- Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* - Deputada Liza Prado, que preside esta reunião da Assembleia Legislativa nesta tarde, deputado Rômulo Viegas, deputado Doutor Wilson Batista. V. Exa. falou muito bem e mostrou os números lamentáveis que estamos vivendo no Brasil, numa área de seu domínio, que é a saúde, bem como a sua preocupação com os criminosos. V. Exa. trata de algo que domina plenamente: a questão patológica - e eu o acompanho nessa análise.

Imagino que hoje um criminoso só pode ser liberado por meio de um laudo de cessação de periculosidade, uma análise de um psiquiatra ou de alguém em condições de determinar a sua liberação. Isso vale para a questão que V. Exa. expôs: as pessoas ficam pensando em idade, 16, 14 ou 12 anos. Mas imagino que a prisão deveria ser de acordo com a mente desse adolescente ou desse adulto.

Recentemente, houve o caso do adolescente de 13 anos que amarrou uma dentista, jogou álcool e colocou fogo nela. Então, se abaixássemos a idade para 16 ou 14 anos, não o alcançaríamos.

Há também o caso do Champinha. Quem vai abrir a porta para deixar sair o Champinha, que, com 16 anos, matou um casal de namorados? Ele já cumpriu os três anos, e deveria ser liberado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, mas ele apresenta um laudo psiquiátrico de patologia grave. Então, se o liberarem, ele vai matar novamente. Eles estão com a chave na mão para abrir, mas ninguém tem coragem de abrir.

Então, V. Exa. está aferindo direitinho onde está a pressão, está medindo direitinho, porque somente a questão de idade está na mente das pessoas. Mas, se o caso é patológico, como essa pessoa vai conviver com a família e com a sociedade? Então, está bem exposto. Creio que é este o ponto: com a ajuda de especialistas, como V. Exa., é que podemos fazer um debate sério em relação à maioridade penal.

Mas quero tratar de outro assunto nesta tarde, se V. Exas. me permitem: o ex-ministro Fernando Pimentel voltou ao Brasil, voltou a Minas Gerais e está fazendo uma caravana pelo Estado. Ele já não conhece o Estado em que nasceu, ele já não conhece Minas Gerais. Ele esteve envolvido em levar dinheiro para Cuba - R\$1.000.000.000,00 para a construção do Porto de Mariel, em Cuba - e assinou onde estava escrito "é sigiloso", "é secreto". Então, não se pode saber efetivamente quanto o Brasil gastou em Cuba. O ministro não sabe de Minas Gerais porque estava em Cuba.

Depois, ele levou R\$3.000.000.000,00 para Angola e investiu o dinheiro dos brasileiros. Os números da arrecadação, que é a maior da história do Brasil em tributos, estão indo para a mão do governo federal. Mas esses tributos foram cobrados em Belo Horizonte, em Muriaé, em São João del-Rei, em Tiradentes. Eu não vou gastar mais tempo, porque o deputado Doutor Wilson Batista já disse quanto volta para os estados e para a segurança: praticamente nada.

Então o ex-ministro Pimentel levou R\$3.000.000.000,00 para Angola e assinou que era secreto. Ninguém pode saber como vai ser gasto esse dinheiro. Foi o "ministro secreto" que gastou o dinheiro do Brasil fora do Brasil. Ele não esteve em Minas Gerais e, agora, veio dar aula de Minas Gerais para nós, que estamos aqui sofrendo, porque o governo federal não investe aqui. Estamos sofrendo porque a expansão da Fiat, que se daria em Minas Gerais, foi transferida pelo ex-presidente Lula para Pernambuco, para o Nordeste brasileiro, e viraram as costas para Minas Gerais. O ex-ministro Pimentel virou as costas para Minas Gerais.



Achei interessante ele ter dito que foi ao Vale do Jequitinhonha, que está fazendo uma caravana. Ex-ministro Pimentel, queríamos sua caravana quando o senhor era ministro, para atender às necessidades de Minas Gerais e do País. Ex-ministro Pimentel, o senhor foi atender às necessidades de Cuba, de Angola; o senhor perdoou a dívida dos ditadores africanos. Esse dinheiro poderia ser utilizado no Brasil. O senhor passou pelo Norte de Minas? O senhor passou perto de Janaúba? Lá os produtores de banana estão sofrendo porque o senhor e o ex-ministro Antônio Andrade mandaram comprar banana do Equador, em vez de comprar deles. Há banana em Janaúba, no Norte de Minas. Há banana em Caeté, mas o senhor mandou comprar banana do Equador, ex-ministro. O senhor está atrasado em Minas Gerais. O senhor deveria ter vindo com o ex-ministro Antônio Andrade no momento em que o governo brasileiro deixou de comprar banana de Minas Gerais - de Janaúba e de Caeté - e foi comprar do Equador.

O ex-ministro Pimentel não viu o Vale do Jequitinhonha. Se ele tivesse andado por lá, teria visto que as únicas estradas em que não há asfalto são as federais. Na BR-251, de Pedra Azul e Almenara, não há asfalto, e é rodovia federal. O povo sofre no Vale do Jequitinhonha e no Baixo Jequitinhonha. Outra que também não tem asfalto é a BR-367. No Alto Jequitinhonha, de Turmalina a Virgem da Lapa, não há asfalto, eu já passei por lá. O governo federal não está nem aí. Onde o senhor estava, ex-ministro Pimentel? Onde o senhor estava? O senhor está chegando atrasado. Por que o senhor não conseguiu o asfalto da BR-251 e da BR-367? Depois, ex-ministro Pimentel, de Jacinto a Salto da Divisa é um drama para a população. Aécio Neves não pode asfaltar porque é do governo federal, é rodovia federal. Mas o ex-governador Aécio Neves asfaltou exatos 969km de estradas na região. Foram 969km de estradas asfaltadas no Vale do Jequitinhonha. São R\$600.000.000,00 investidos lá em pavimentação. O senhor foi de avião? O senhor não viu as estradas que o ex-governador Aécio Neves, o mais querido, hoje senador da República, asfaltou? Quem sabe o senhor foi de avião? Se o senhor desceu em Capelinha, terra do grande médico e nosso amigo José Olinto Figueiredo, desceu no aeroporto em que o governo do Estado investiu R\$10.000.000,00. Serão mais R\$10.000.000,00 para Almenara, para Araçuaí e para Teófilo Otôni.

Poderia gastar todo o meu tempo falando das obras do governador Aécio Neves. Na época do governador Aécio Neves, eu era secretário de Desenvolvimento Social, e o deputado Rômulo Viegas, secretário de Trabalho e Assistência Social, e foi implantado o projeto estruturador no Vale. Era um programa de combate à pobreza rural. Há investimentos de R\$20.000.000,00 em diversos projetos no Vale do Jequitinhonha. Há investimentos de mais de R\$40.000.000,00 no programa Leite pela Vida no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri. O ex-ministro Pimentel não conhece Minas Gerais. Ele não viu nada disso que está acontecendo lá. Ele não passou pelo Norte de Minas, senão ele teria sido cobrado pelos produtores de banana da região. Ele não esteve lá.

O senador Aécio Neves, o mais querido, tentou estender para o Norte de Minas o benefício dado pelo PT para levar a Fiat para Pernambuco. O governo vetou. A presidenta Dilma vetou Minas Gerais. O ex-ministro Pimentel vetou Minas Gerais. O ex-ministro Pimentel virou as costas para Minas Gerais. Quero falar mais o que o governo fez. O governador Anastasia, junto a Alberto Pinto Coelho, já como vice-governador, levaram a Alpargatas ao Norte de Minas. Deputado Rômulo Viegas, a Alpargatas representa quase R\$300.000.000,00 de investimentos. São 5.500 novos empregos. O governo criou mais de 5 mil novos empregos.

Depois, veio a implantação da New Holland, justamente para a fabricação de máquinas de construção, que significou um investimento de R\$600.000.000,00 no Norte de Minas, com a geração de quase 3 mil empregos.

De fato, o ex-ministro Pimentel não conhece Minas Gerais. Quando ministro, prometeu a instalação do escritório da Sudene em Montes Claros, para viabilizar recursos para novas empresas, mas até hoje, deputado Doutor Wilson Batista, nada foi feito. O ex-ministro Pimentel investiu em Cuba; em Angola; no metrô da Venezuela, mas não no metrô de Belo Horizonte; e em uma estrada da Bolívia, mas nem um centavo na BR-367, de Turmalina a Virgem da Lapa e de Jacinto a Salto da Divisa. O ex-ministro Pimentel virou as costas para Minas Gerais; traiu o Brasil. Quero saber quanto gastou em Cuba e em Angola. Tudo feito de forma secreta, escondida. Só vamos saber de algo em 2027.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Agradeço ao deputado João Leite a concessão do aparte, que solicitei apenas para acrescentar que também em Juiz de Fora a Mercedes iria montar uma nova fábrica, mas, após uma reunião com a presidenta, no Planalto, a montadora levou essa fábrica para o interior de São Paulo, uma cidade que se chama Iracemápolis. Isso significa que deixaram de ser investidos em Juiz de Fora cerca de R\$500.000.000,00, que poderiam gerar mais de mil empregos diretos até 2016. Ou seja, foi uma nova atitude tomada de forma apressada e contrária aos interesses do Estado de Minas Gerais, retirando-se da cidade de Juiz de Fora uma nova fábrica da Mercedes, que foi levada para o Estado de São Paulo. É mais um investimento que Minas Gerais deixa de receber por uma perseguição ao nosso estado.

O deputado João Leite* - Obrigado, deputado Doutor Wilson Batista. Eu tinha a certeza de que V. Exa. traria mais informações ao pronunciamento que faço.

O ex-ministro Pimentel não foi ao Vale do Jequitinhonha, pois, se tivesse ido, teria visto algo que eu e o deputado Sargento Rodrigues constatamos na volta que demos por Minas Gerais, nas 18 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps.

Os números do Vale do Jequitinhonha, da BR-116, da BR-367 e da BR-251 são impressionantes: temos um policial rodoviário federal para cada 700km de estrada. Na quarta-feira, a Comissão de Segurança Pública esteve em Corinto, onde recebemos uma demanda. Sabem qual foi o pedido que recebemos para a segurança de Corinto? Efetivo da Polícia Militar ou da Polícia Civil? Não; o grande pedido foi a implantação de um posto da Polícia Rodoviária Federal no trevo de Corinto e Pirapora. Existe um posto no Trevão, no encontro da BR-040 com a BR-135, mas, depois, só há outro posto da Polícia Rodoviária Federal em Montes Claros. Além disso, a Polícia Militar não está autorizada a atuar em rodovia federal. Ou seja, não temos policiais rodoviários federais, e a PMMG não tem a atribuição de atuar em rodovia federal. Ah, o ex-ministro Pimentel não conhece Minas Gerais. Ficou por todo esse tempo naquele cargo, e não conseguiu ampliar o efetivo da Polícia Rodoviária Federal; não trouxe uma empresa para o Vale do Jequitinhonha nem para o Norte de Minas e nem sequer viu os 969km asfaltados pelo mais querido, o ex-governador Aécio Neves, hoje senador da República. Não viu o Caminhos de Minas? Por esse projeto, o governo de Minas está fazendo 820km de asfalto para o Vale do Jequitinhonha. E ele vem aqui dizer isso?

É lamentável o que está acontecendo. Este governo foi reprovado. O governo do PT, o governo federal, o governo do ex-ministro Pimentel está reprovado. Este governo esqueceu de Minas Gerais, abandonou o nosso estado. Já não é possível aceitarmos que ainda



venham aqui fazer críticas ao governo Aécio Neves, ao governo Anastasia, ao governo Alberto Pinto Coelho. Foram eles que criaram uma secretaria permanente para o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Mucuri, e o governo de Minas Gerais está presente.

Deputado Paulo Guedes, estou com a palavra, e V. Exa. chegou aqui bem depois. Já citei aqui os números do Programa de Combate à Pobreza Rural.

Meu tempo está esgotado, deputado. V. Exa. chegou muito tarde, não sei se estava em alguma comissão. Entendemos que V. Exa. tem muito trabalho, mas, como o ministro Pimentel, chegou atrasado. Muito obrigado, Sra. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, antes de adentrar no tema da minha fala, gostaria de pedir a compreensão do ilustre deputado Paulo Guedes, porque o assunto sobre o qual falarei é completamente diferente do que estava sendo tratado aqui, e me desviarei muito do foco, o que não quero.

Perdemos um companheiro nosso, o Sd. André Luiz Neves, no último dia 16 de maio. Para nós, da grande família da segurança pública - policiais militares, policiais civis, bombeiros e agentes do sistema prisional -, foi uma grande perda, uma perda irreparável. Somente o pai e a mãe dessa vítima - que era um bravo e valoroso soldado -, o Sgt. Valter, sargento reformado do Corpo de Bombeiros, e a Sra. Beth, sabem o sofrimento pelo qual estão passando. Um momento de profunda dor. Deputado João Leite, o Sd. André, mesmo de folga e em trajes civis, no Bairro Ouro Preto, na tentativa de salvar um casal que estava sendo assaltado, agiu na qualidade de policial. Acabou entrando em luta corporal com os três marginais. Sua arma caiu ao chão, e ele foi atingido por disparos de arma de fogo - um tiro no peito, outro nas costas - pelos marginais que ali praticavam o assalto.

Quero deixar registrado o nosso pesar a toda a família e dizer da importância que esse tema, deputado Rômulo Viegas, vem ganhando a cada dia que passa; um tema que discutimos aqui uma semana antes da morte do Sd. André Esteves. Na verdade, não uma semana antes, mas no mesmo dia - 16 para 17 de maio - em que ocorreu a morte do Sd. André, discutimos sobre a maioria penal ou a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 -, mais conhecido como ECA. Esse estatuto beneficia criminosos, é benevolente e complacente com eles e passa a mão na cabeça desses adolescentes, que são criminosos. E prevê uma punição máxima. O art. 121, § 3º, dessa lei diz o seguinte: "Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos".

Então, é uma correção, deputado João Leite, que temos de fazer no Estatuto da Criança e do Adolescente. Discutimos no mesmo dia os fatos.

Anterior a essa data, a requerimento também de autoria deste deputado, havíamos realizado uma audiência pública para receber os parentes do Alexandre Werneck, ex-servidor desta Casa, e da sua namorada, Lívia Viggiano, vítimas de latrocínio na Serra do Cipó.

No debate sobre maioria penal que aqui realizamos, participou também a D. Ângela, mãe do rapaz Mateus, vítima de latrocínio por dois menores. Um deles completaria 18 anos em dois meses; o outro, em apenas 10 dias, deputado Rômulo. Imaginem que eles praticaram latrocínio, crime mais bárbaro, com a pena mais alta prevista no Código Penal. No entanto, como são menores, a punição máxima será uma medida de internação de três anos.

Vejo a legislação como algo extremamente absurdo, como zombar das vítimas e dar gargalhadas. Essa é a atual legislação penal brasileira. O Código Penal, datado de 1940, era o reflexo de uma sociedade, deputado João Leite, completamente diferente da nossa hoje. Tivemos uma explosão nas regiões urbanas em todo o País e um avanço - diria - devastador das drogas, do número, da quantidade e da qualidade dessas armas nas mãos de marginais. Só que a legislação ficou estática, parada e não andou para frente. Agora o que mais me assusta é que o atual governo federal, nesses últimos 12 anos, vem na contramão da história, afrouxando ainda mais a legislação penal brasileira. É o mesmo governo federal que não permitiu o debate sobre a redução da maioria penal na PEC do senador Aloysio Nunes, de São Paulo. Ali, de forma muito bem exposta, porque a proposta era discutir e aperfeiçoar a questão que envolve os crimes hediondos.

V. Exa. já imaginou, deputado Rômulo, se não pudermos reduzir a maioria penal ou alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente no que se refere a crimes hediondos? Então, se não podia fazer isso, o que o governo federal estava desejando naquele momento? Infelizmente seis senadores do PT votaram contra o debate da redução da maioria penal. É uma pena que os senadores do PT tenham essa visão tão distanciada e longínqua do que está sofrendo o cidadão na ponta da linha. Aliás, o cidadão está sofrendo demais e não aguenta mais conviver com essa legislação tão complacente com o criminoso.

Deputado João Leite, não estamos falando aqui que o estatuto deve ser alterado no que se refere ao crime de furto de pequena monta e bagatela, como tratamos no direito, porque para crimes mais brandos ou atos infracionais mais brandos temos o chamado Direito Penal Mínimo, que faz frente a essa situação. A própria Lei nº 9.714, cuja pena máxima é de quatro anos, já tem uma previsão de também punir, com interdição e suspensão de direitos, com uma série de medidas. No entanto, quando tratamos de crimes violentos contra a pessoa, tratamos do maior bem jurídico: a vida.

Infelizmente o governo federal, mais uma vez, derrotou a vontade popular. A sociedade quer uma punição mais severa. Por que temos de ter uma punição mais severa? Porque, quando falamos sobre isso na tribuna, vem deputado "a", "b" ou "c" ou quem se diz especialista em determinadas matérias falar que redução não é a solução. Realmente não é a solução. Rômulo Viegas, há o jargão que diz que cadeia não conserta ninguém. Cadeia não foi feita para consertar ninguém, mas para punir e segregar e não deixar o estuprador... De ontem para hoje, foi apresentado pela Polícia Civil um taxista que estuprou 18 mulheres. Esse cidadão deve ser encarcerado e tem de ser segregado, como o Marcos, em Contagem, que estuprou e matou cinco mulheres.

Infelizmente o que percebemos no governo federal é que essa turma, deputado Rômulo Viegas, pertence a uma linha contrária. Eles estão no mundo da poesia, num mundo poético, onde o crime não acontece, onde a violência não é campeã no País.

Quando iniciei a minha fala, falei da morte do Sd. André Luiz Neves. Fiz esse início, esse preâmbulo para dizer que o governo federal cruzou os braços, não quer mexer na legislação e, quando mexe, mexe no sentido de afrouxar. Então essa turma não gosta de encarcerar ninguém. Essa turma é a turma do direito penal mínimo, é a turma que vive no campo da poesia. Entretanto, o que levou o



Sd. Neves a fazer esse enfrentamento? O tráfico, as drogas e as armas que passam livremente por nossas fronteiras vêm impactando cada vez mais o crime e a violência nos grandes centros urbanos.

Aí, deputado Rômulo, na contramão, mais uma vez, o atual governo federal abandonou a fiscalização das fronteiras, ou melhor, escancarou as fronteiras para que o tráfico de drogas e de armas passe livremente. Qual é o impacto disso? Basta fazer uma pesquisa simples. Consultem os prontuários dos presos que estão condenados nas nossas penitenciárias. Hoje Minas Gerais tem 61 mil presos nas penitenciárias. Fizemos uma apuração, e pelo menos 15%, 17%, 18% estão presos por tráfico de drogas, apenas por tráfico de drogas. Mas vamos colher outros dois percentuais, que vão chegar a 50%, 60% dos presos, que praticaram crime em nome do tráfico de drogas - arrombamento, furto a residência, furto qualificado na modalidade de arrombamento, homicídio, estelionato, formação de quadrilha, roubo a mão armada e roubo a veículo para trocar ou comprar a droga nas mãos do traficante.

Então há uma série de crimes sendo praticados e uma sobrecarga de trabalho nas forças policiais estaduais. Mas as forças federais, aquelas que o art. 144 da Constituição da República prevê, estão livres, porque infelizmente o governo federal abandonou a fiscalização das fronteiras e fugiu do combate ao contrabando, ao tráfico de armas e de drogas. A Constituição da República, em seu art. 144, fala que segurança pública será exercida por cinco órgãos: a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. O § 1º, inciso II, diz que à Polícia Federal compete prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando. Mas como fazer isso com uma Polícia Federal sucateada? Com uma Polícia Federal que, há sete anos, não tem reajuste? Com uma Polícia Federal que veio à Comissão de Segurança Pública pedir socorro? O presidente do sindicato disse que, além do sucateamento, há falta de efetivo e de valorização.

O governo federal abandonou a Polícia Rodoviária Federal, e vemos a entrada livre de drogas e armas pelas fronteiras. Além do mais, nas rodovias federais, a droga está entrando de forma avassaladora, comprometendo decisivamente os índices de criminalidade e de violência em todos os estados, não só em Minas Gerais. Então, de certa forma, o governo federal contribuiu para que as polícias estaduais tivessem um enfrentamento maior, um acirramento desse enfrentamento, porque o crime avança. Nesse acirramento, nesse enfrentamento, acaba acontecendo a letalidade policial.

Fazemos este pronunciamento, deputado Rômulo Viegas, demais colegas deputados e deputadas e público que nos acompanha pela TV Assembleia, para falar da dimensão e da complexidade que é a segurança pública. O governo do Estado deve e tem de fazer segurança pública, e estamos aqui para cobrar isso dele todos os dias, mas é impossível. Governador nenhum deste país conseguirá reduzir os índices de criminalidade e de violência se o governo federal não fizer a sua parte.

Hoje, o que vimos, ouvimos e assistimos é a uma absoluta irresponsabilidade, uma omissão criminosa do governo federal em relação a esse assunto. Infelizmente, é a isso que estamos assistindo. Infelizmente os índices de criminalidade e violência vêm aumentando a cada dia no nosso país. Queremos dizer que estaremos sempre atentos para denunciar essa omissão e essa irresponsabilidade do governo federal não só para com Minas Gerais, mas para com todos os estados brasileiros. Eram esses os nossos encaminhamentos na tarde de hoje, Sra. Presidente.

*- Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Deputada Liza Prado, é uma honra tê-la aqui presidindo nossa sessão. Uma mulher presidindo reuniões no Parlamento - não só o mineiro, mas também o brasileiro - é algo raro. É uma honra termos a deputada Liza Prado na presidência.

Deputada, eu queria pedir para discutir esse projeto, que trata exatamente da questão das terras indígenas aqui em Minas Gerais. Discutimos isso na Comissão de Direitos Humanos, até para marcar uma posição bastante clara de algo que está em debate nacionalmente. É preciso que o povo brasileiro, especialmente os mineiros, saibam disso, porque neste estado temos uma área indígena grande, que poderá sofrer um retrocesso relevante.

Nesse requerimento há nítida defesa da questão das terras indígenas. Hoje quem faz a demarcação das terras indígenas é a Funai. Ela tem um olhar voltado mais para a defesa dos povos indígenas que propriamente para aqueles que detêm propriedades de terras nessas terras que inicialmente pertenciam aos índios.

Deputada Liza Prado, V. Exa. sabe que isso gera polarização no ato de fazer a demarcação de terras.

Ontem debatemos esse tema aqui na Assembleia Legislativa. Não pude participar do debate porque estava tratando da greve dos profissionais da rede municipal da educação, da saúde e da limpeza urbana, mas escutei alguns trechos posteriormente e recebi um resumo da reunião. Acho lamentável repassar ao Congresso Nacional a possibilidade de demarcar as terras. Isso advém exatamente da chamada bancada ruralista, que quer retirar a possibilidade de o índio ter estudo técnico e garantia de que poderá viver nas suas terras. Imaginem o quadro nacional de hoje. Infelizmente, as eleições são definidas majoritariamente, com poder financeiro. Até hoje não tivemos uma reforma política que impedisse a iniciativa privada de bancar campanha de deputados, senadores, governadores e assim por diante. A grande maioria dos membros da Câmara dos Deputados é bancada pelo capital privado. Não estou fazendo denúncia, apenas mostrando um fato. Infelizmente, a lei eleitoral permite que isso ocorra. O correto seria não haver financiamento privado de campanha por empresas, permitindo igualdade maior nas condições eleitorais e ao mesmo tempo impedindo que um deputado fosse eleito com a bandeira da sua dependência econômica. O quadro é tão grave que a bancada de camponeses e pequenos agricultores na câmara equivale a zero, não chega a uma mão cheia de deputados. Porém, a bancada ruralista é imensa e representa 1% da população do campo, ou seja, 99% não são ruralistas, e sim pequenos proprietários. No Congresso Nacional ocorre o inverso, a imensa maioria é ruralista. O financiamento privado mostra claramente as distorções. Estou citando aquelas que ocorrem no campo, que são as mesmas da cidade.

A bancada ruralista quer retirar da Funai o direito de fazer a demarcação das terras indígenas. Imagine, deputada Liza Prado, o que acontecerá. Os índios serão expulsos de suas terras, não haverá demarcação. Isso está sendo discutido lá.

Ao aprovar o requerimento que está vindo da Comissão de Direitos Humanos, aproveito para falar a favor da Funai e da demarcação das terras indígenas. Não são apenas os índios que sofrem com esse processo que a bancada ruralista alardeava aqui ontem. Ela também quer impedir o direito de demarcação das terras dos quilombolas e negros que foram escravos, para que o



latifúndio e as empresas agrícolas as tomem. Deputada Liza Prado, é tanta ganância! Às vezes me pergunto se uma empresa com tanto dinheiro não tem sequer um sentimento humanista em relação a índios, negros e quilombolas.

Essa elite é pobre de espírito, é uma elite que não consegue reconhecer os direitos das pessoas. Deputado Elismar Prado, vejo pessoas da elite reclamarem do Bolsa Família e dizerem que isso é bolsa-esmola. Falam: “Para que pagar imposto para essas pessoas que sequer trabalham?”. Aí fazem uma pesquisa e veem que elas trabalham: 80% das pessoas quem recebem bolsa-família trabalham. Elas recebem pouco, têm um complemento, mas trabalham.

Outro dia essas elites preconceituosas, que ficam em grupinhos, achando que sabem de tudo, assistindo noticiários que escolhem na televisão - são anti-povo, não gostam do povo, parece que não gostam de pobre -, reclamaram também das vagas nas universidades. Ora, não se pode ter cota na universidade pública porque isso está impedindo o filho deles de estudar. Através da cota os filhos deles não entram nas universidades. Você vai ver, eles têm dinheiro para pagar universidade privada à vontade. Mas não pode haver cota para negro, não pode haver cota para índio, não pode haver cota de escola pública.

Deputado Elismar Prado, acho que para esse egoísmo, parte da visão capitalista, dessa visão mesquinha, também precisa haver um certo combate ideológico em nosso país. Ontem fiquei assustado ao ver essa bancada ruralista. Tratam os índios como se fossem todos vagabundos. Só porque não são como eles, não é? Então, para eles, índio é vagabundo. Eles não conseguem entender que, culturalmente, o índio tem outra concepção de vida. Para eles, tem de ser a concepção de vida deles. Vale o lucro. Se não é o lucro, a pessoa é vagabunda, não serve. Assim tratam os quilombolas. São incapazes de saber que esses negros foram escravos e que temos uma dívida muito grande em nosso país para com eles. Estão de olho até nas terras dos quilombolas.

Por isso esse requerimento pede respeito às questões indígenas, às questões dos quilombolas, que estamos votando aqui hoje. É um debate que fazemos na Comissão de Direitos Humanos, mas que gostaria de trazer para o Plenário. Ao votar favoravelmente a esse requerimento, estamos votando a favor da causa indígena, da causa dos quilombolas. Portanto, é um requerimento importante, que defende uma causa, uma ideia. Esse debate, deputado Elismar Prado, precisa ser feito no Brasil. As elites brasileiras precisam ser combatidas nesse seu egoísmo. É preciso ter também um sentido maior de coletividade, de viver bem em sociedade, de buscar a igualdade, de buscar entre as pessoas a fraternidade e não o egoísmo das propriedades privadas aos montes, como temos visto nas elites brasileiras. Isso tem muito a ver com o ódio que destilam contra governos populares. O deputado Paulo Guedes tem razão. As elites temem qualquer divisão de renda, e é ela que faz, aliás, a máquina da economia girar.

São reflexões que eu queria propor ao aprovar o requerimento da Comissão de Direitos Humanos, que protege a visão dos índios e a visão dos quilombolas. Obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Presidente, vou votar favoravelmente ao requerimento, que é importante para os Municípios de Buritizeiro e Pirapora. A presidenta Dilma inaugurou recentemente trecho da Ferrovia Norte-Sul. Estamos retomando a construção de ferrovias no Brasil, deputado Rodrigues. Isso é importante. Foram 1.514km da Ferrovia Norte-Sul que a presidenta inaugurou. V. Exa. não deve ter visto porque não passou na televisão. Mas é uma ferrovia importantíssima, a Norte-Sul. Retomamos, enfim, a construção de ferrovias. É uma das coisas mais cobradas pelos brasileiros. Brasileiro sabe das coisas e ficava cobrando: “Cadê as ferrovias?”. As ferrovias estão sendo retomadas. Foram 1.514km da Norte-Sul.

A presidenta recebeu um elogio rasgado do governador Perillo, de Goiás, do PSDB. Ele reconheceu naquele ato que a presidenta atende a todos os estados. Estas foram as palavras do governador Perillo, do PSDB. Independentemente do partido, ele elogiou o caráter republicano da presidenta Dilma e enalteceu-a com diversos elogios, exatamente pela ferrovia. Aqui, em Minas, estamos também retomando a discussão sobre ferrovias e a construção delas pelo governo federal.

Quero lembrar, presidenta, que o problema das ferrovias se agravou no processo de privatização. Sei que os tucanos não gostam quando falamos, mas é verdade. Quando foram privatizadas a Vale do Rio Doce e outras, privatizaram junto o sistema de ferrovias. Então, essas empresas passaram a ter o mando da ferrovia da empresa privatizada. Não tivemos mais encaminhamento de ferrovias no Brasil para transportar passageiros. Isso paralisou o processo de ferrovias. Foi também o modelo privatizante que levou a isso. É óbvio que, para consertar o Brasil, precisa-se de mais tempo. Vender é fácil. Se resolverem vender a Petrobras, como alguns querem, será fácil. E é fácil gastar o dinheiro também. Mas reconstruir, a partir daí, estrategicamente o País, do ponto de vista das fontes de energia, é outra história. A mesma coisa é a ferrovia.

Agora a presidenta Dilma está fazendo. Foram 1.514km. E ela agradeceu ao presidente Sarney, que iniciou a chamada Transnordestina em seu governo. Depois disso ficou paralisado durante todo o período do governo neoliberal no Brasil, e agora a presidenta retomou com sucesso a construção da ferrovia. É óbvio que este será o modelo a ser seguido no Brasil. Caso entre um governo de caráter neoliberal, isso irá mudar, e, provavelmente, venderão novamente, o que seria um desastre para o Brasil. Não creio que isso aconteça, principalmente agora que, parece-me, o convidado para vice do governador Aécio Neves é o Ronaldo. Fico imaginando Aécio Neves e Ronaldo Fenômeno dirigindo o Brasil. É brincadeira, imaginem. Realmente, acho que é um deboche com o povo brasileiro. Espero que isso não aconteça.

Então, voto favoravelmente às ferrovias, retomadas novamente no Brasil pelas mãos da grande presidenta Dilma.

*- Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 26/5/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando, a partir de 2/6/2014, Aguinaldo da Silva Batista do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando José Helber Sarmiento Bastos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Almir Paraca

exonerando, a partir de 2/6/2014, Rita de Cássia Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

exonerando, a partir de 2/6/2014, Valdiney Aparecido de Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Rosilene Pereira de Souza para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Vinícius Ulhôa de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

exonerando Guilherme Esteves Cordeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

nomeando Patricio de Cayres Cordeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas.

Gabinete do Deputado Célio Moreira

exonerando, a partir de 2/6/2014, Paula Beatriz Romano Borelli do cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;

nomeando Paula Beatriz Romano Borelli para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Wellington Rosário de Bessa para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista

exonerando, a partir de 2/6/2014, Cintia Maria Vieira Macieira do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão VL-50, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/6/2014, Marcelo Amorim Moreno do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Cintia Maria Vieira Macieira para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Marcelo Amorim Moreno para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Thalyta Paes Torres Garcia para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

exonerando, a partir de 2/6/2014, Daiane Calixto Silvério do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/6/2014, Eraldo Chamone Marques do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/6/2014, Wesley da Silva Bento do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Camila Moura Chamone para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Wesley da Silva Bento para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Fabiano Tolentino

exonerando, a partir de 2/6/2014, Adriana Gomes de Oliveira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 2/6/2014, Alice Guimarães do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;

nomeando Alice Guimarães para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

nomeando José Udison de Sousa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Jayro Lessa

exonerando, a partir de 2/6/2014, Breno Gustavo Vieira Dias do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Lélia Margareth Chaves Queiroz para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete da Deputada Liza Prado

nomeando Marcella Nóbrega Pimenta de Deus para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 2/6/2014, Henrique Sales Silveira do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas;

nomeando Clélia Pereira Tomaz Silva para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 2/6/2014, Clélia Pereira Tomaz Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;



exonerando, a partir de 2/6/2014, Edilene Nogueira Pôrto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando, a partir de 2/6/2014, José Luiz Longo de Almeida do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas.

nomeando Cristiano Madeira de Matos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Demetrios Thomas Farantakos para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Avança Minas;

nomeando Flavio Goes Menicucci para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

nomeando Jovelina de Matos Teixeira Vieira para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Conselho Consultivo da Mesa;

nomeando Leandro Machado Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE CONTRATO Nº 27/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Colefar Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta, transporte, incineração e destinação final de resíduos de serviços de saúde. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: dispensada (art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 57/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxetron Serviços de Tecnologia e Informações Ltda. Objeto: prestação de serviços de coleta, análise e fornecimento de informações cadastrais referentes à imprensa nacional. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, com manutenção do preço contratual. Vigência: de 23/6/2014 até 24/6/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.